ECA 30 anos

13 DE JULHO

30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MARCOS QUE ANTECEDERAM A LEI 8.069/1990

(Estatuto da Criança e do Adolescente)

Linha do Tempo dos Direitos da Criança e do Adolescente

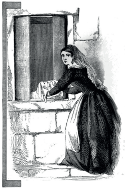
FAÇA BONITO.

PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

FACABONITO.ORG

FACABONITO.ORG

1o de Janeiro de 1726

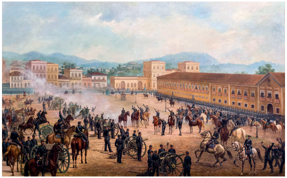


(Reprodução / Internet)

Crianças são abandonadas para caridade nas "Rodas dos Expostos"

A atenção às crianças no Brasil português tinha caráter religioso. Em 1726, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia criou a primeira "Roda dos Expostos", na Bahia. Tratava-se de compartimento cilíndrico instalado na parede de uma casa que girava de fora para dentro. A criança era colocada ali para ser abrigada e criada pela entidade, preservando a identidade de quem a abandonava. A medida foi regulamentada em lei e se tornou a principal forma de assistência infantil nos séculos 18 e 19. Popularmente, também era conhecido por "Roda dos Rejeitados".

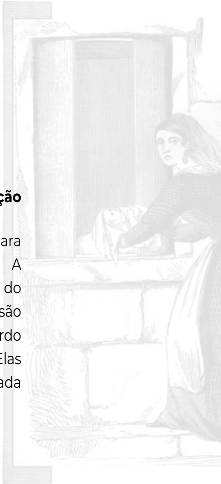
11 de outubro de 1890



(Acervo da Pinacoteca Municipal de São Paulo)

Código Criminal da República determina penalização de crianças entre 9 e 14 anos

Em 1890 cria-se o Código Criminal da República para conter o aumento da violência urbana. A responsabilização penal passa a considerar a Teoria do Discernimento. Assim, crianças entre 9 e 14 anos são avaliadas psicologicamente e penalizadas de acordo com o seu "discernimento" sobre o delito cometido. Elas poderiam receber pena de um adulto ou ser considerada imputável.



Fonte: EBC

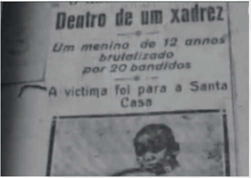
5 de Janeiro de 1921

(Reprodução/InfoEscola)

Idade mínima para responder criminalmente passa a ser de 14 anos

A lei nº 4.242 tratou da assistência e proteção de "menores abandonados" e "menores delinquentes", sendo regulamentada posteriormente em 1923 por decreto. Aqueles jovens autores ou cúmplices de crime ou contravenção, considerados "menores delinquentes", tornaram-se imputáveis até os 14 anos, não valendo mais a Teoria do Discernimento de 1890.

20 de Fevereiro de 1926



Dentro de um xadrez

Um menino de 12 annos brutalizado por 20 bandidos

A victima foi para a Santa Casa

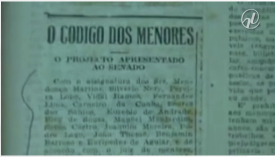
(Reprodução do Jornal O Globo)

Caso Bernardino: menino é violentado na prisão

O engraxate Bernadino, de 12 anos, foi preso ao jogar tinta em uma pessoa que saiu sem pagar pelo serviço. Colocado em uma prisão junto a 20 adultos, o menino negro foi violentado de várias formas e jogado na rua. Levado para um hospital, narrou o ocorrido para jornalistas. O caso ganha repercussão e mobiliza debates sobre locais específicos para destinar crianças que cumpram algum tipo de pena.

Fonte: EBC

10 de Dezembro de 1927



O CODIGO DOS MENORES

O PROJECTO APRESENTADO AO SENADO

(Jornal do Senado)

1º Código de Menores estabelece imputabilidade antes dos 18 anos

A Lei de Assistência e Proteção aos Menores, conhecida como Código de Menores ou Código Mello Mattos (nome do primeiro juiz de Menores do Brasil e da América Latina), representou avanços na proteção das crianças. A lei proibiu a "Roda dos Expostos" e tornou os jovens imputáveis até os 18 anos. Criou a "escola de preservação para deliquentes" e a "escola de reforma para o abandonado".

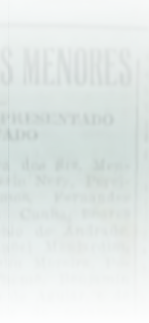
14 de Dezembro de 1932

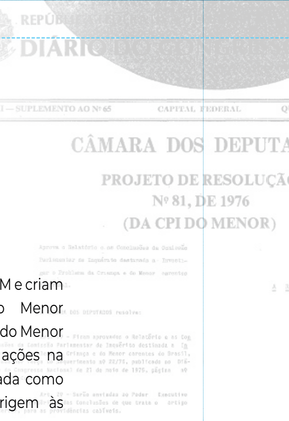
(Domínio Público)

Com reforma penal, Vargas consolida mudanças na idade penal para 14 anos

Em 1932, realizou-se uma reforma maior do Código Penal Brasileiro para validar várias alterações já feitas desde 1890, entre elas a mudança maioridade penal de 9 para 14 anos.

Fonte: EBC




REPÚBLICA
DIÁRIO DO CONGRESSO
SUPLEMENTO AO Nº 65
CAPITAL FEDERAL
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 81, DE 1976
(DA CPI DO MENOR)

5 de Novembro de 1941

(Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro)

Serviço de Assistência a Menores (SAM) é criado para atender todo o Brasil

Institui-se o Serviço de Assistência a Menores (SAM), primeiro órgão federal a se responsabilizar pelo controle da assistência aos menores em escala nacional. Atendia aos "menores abandonados" e "desvalidos", encaminhando-os às instituições oficiais existentes, e aos "menores delinqüentes", internando-os em colônias correcionais e reformatórios.

1o de Dezembro de 1964

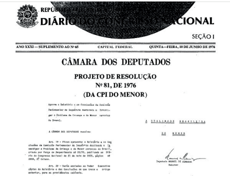
(Marcello Casal Junior / EBC)

Militares criam FUNABEM e FEBEMs

Após o golpe de 64, os miltares extinguem o SAM e criam a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e a Políitica Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que deveriam coordenar todas as ações na área. A questão da infância passou a ser tratada como problema de segurança nacional e deu origem às Febems em nível estadual.

Fonte: EBC

19 de Junho de 1975


REPÚB
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO I
ANO XXXI — SUPLEMENTO AO Nº 65 CAPITAL FEDERAL QUINTA—FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1976

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 81, DE 1976
(DA CPI DO MENOR)

A REALIDADE BRASILEIRA DO MENOR

(Reprodução / Câmara dos Deputados)

CPI do Menor investiga situação da criação desassistida

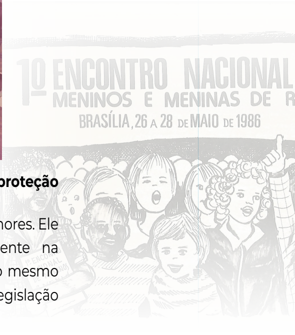
Foi a 1ª Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) destinada a investigar o problema da criança desassistida no Brasil, contribuindo para a elaboração de um novo Código de Menores.

10 de Outubro de 1979

(Arquivo / Assessoria de Comunicação Fase)

2º Código de Menores adiciona doutrina de proteção integral

Em 1979, é promulgado um novo Código de Menores. Ele traz a doutrina da proteção integral presente na concepção futura do ECA. Porém, baseia-se no mesmo paradigma do menor em situação irregular da legislação anterior de 1927.


1º ENCONTRO NACIONAL
MENINOS E MENINAS DE R
BRASÍLIA, 26 A 28 DE MAIO DE 1986

Fonte: EBC

5 de Outubro de 1985

(Arquivo / Câmara dos Deputados)

Ciranda da Constituinte marca aprovação da emenda na Constituição

No dia em se votou no Congresso a Emenda Criança (que deu origem aos artigos 227 e 228 da Constituição), mais de 20 mil meninos e meninas fizeram uma "Ciranda da Constituinte" em torno do Congresso Nacional. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), também mobilizador do ato, foi responsável pelo protagonismo infantojuvenil na época, e realizaria em Brasília, no ano seguinte, de 26 a 28 de maio de 1986, o 1° Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

1o de Março de 1988

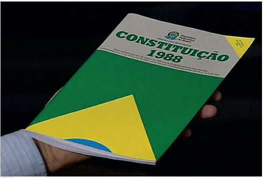
(Acervo Fórum DCA)

Entidades da sociedade civil criam Fórum de Defesa das Crianças e Adolescentes

O Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) é criado a partir do encontro de vários segmentos organizados de defesa da criança e do adolescente. Teve papel preponderante no processo de discussão e elaboração da Nova Constituição e do ECA.

Fonte: EBC

5 de Outubro de 1988



(Arquivo / Câmara)

Artigo 227 torna-se base para a criação do ECA

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado "assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

13 de Julho de 1990

(Reprodução / Oficina de Imagens)

Nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Aprovado no Congresso Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa da ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e proteção. O ECA foi publicado sob a lei federal nº 8069.

Fonte: EBC

13 DE JULHO

30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#ECA30ANOS

Com a entrada em vigor da **Lei 8.069/1990 (ECA)**, que em 2020 completa 30 anos, crianças e adolescentes passaram a ser vistos sob nova perspectiva, como **“sujeitos de direitos”**.

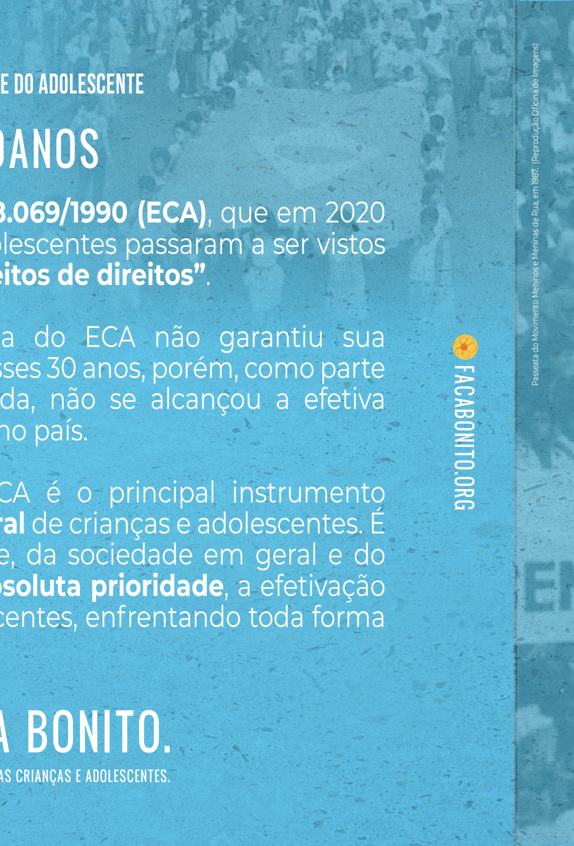
No entanto, a simples vigência do ECA não garantiu sua aplicação. Avanços ocorreram nesses 30 anos, porém, como parte do Estatuto ainda não é aplicada, não se alcançou a efetiva proteção de meninas e meninos no país.

É necessário lembrar que o ECA é o principal instrumento brasileiro sobre a **proteção integral** de crianças e adolescentes. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com **absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, enfrentando toda forma de violência.

FAÇA BONITO.

PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

FACABONITO.ORG



Passeata do Movimento Meninos e Meninas de Rua, em 1987. (Reprodução Oficina de Imagens)

SE LIG
VIOLÊNCIA
SOMOS CIDADÃOS DE QUAL PAÍS ?
PORQUE NÃO POSSO SER CRIANÇ
SER DA RUA É FOGO
GRO É MUITO PIOR AINDA

ECA 30 anos

13 DE JULHO

30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FAÇA BONITO.

PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Comitê Nacional de Enfrentamento
à Violência Sexual Contra
Crianças e Adolescentes

ecpat Brasil

Down to Zero
Fighting commercial sexual exploitation of children
Luchando contra la explotación sexual comercial infantil

FACABONITO.ORG